

Dados do Processo

Assunto

PROAD: Expediente do Comitê Gestor Regional Pje - TRT6

Resumo

Ata da Reunião do Pje

Protocolado por

f Franca - FERNANDA DE FRANCA TENORIO

Participantes

CGRPJE - COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJE

f abioa - FABIO ANDRE DE FARIAS

Situação Atual do Processo



Em análise na(o) CGRPJE - COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJE desde 18/03/2021. Responsável atual: f Franca - FERNANDA DE FRANCA TENORIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6a. REGIÃO

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJe-JT DA 6a. REGIÃO

Data: 26-02-2021

Local: Webconferência

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2021 realizou-se a primeira reunião do Comitê Gestor Regional do PJe-JT da 6a. Região, via webconferência. Estavam presentes o Desembargador Fábio André de Farias, Coordenador deste Comitê; Alessandro Souza, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação; advogado Fábio Queiroz, representante da OAB-PE; servidor Henrique Beça Gibson, representante do 1o. Grau de Jurisdição; Henrique José Lins da Costa, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; servidor Luiz Eduardo Moura de Oliveira, representante do Núcleo de Estatística; servidora Marisa Lopes Dourado Cavalcanti Lyra, representante da Corregedoria; servidora Christiane Purificação de Castro, Chefe da Seção de Gestão Negocial dos Sistemas PJe-JT/e-Gestão; servidora Fernanda de França Tenório, integrante da Seção de Gestão Negocial dos Sistemas PJe-JT/e-Gestão; servidor Lucas Aranha Barreto, Chefe da Seção de Administração e Sustentação do PJe; servidor Alexandre Batista, Chefe do Núcleo de Relacionamento e Suporte ao Usuário; servidor Flávio Renato Couto de Oliveira, integrante da Seção de Administração e Sustentação do PJe; Márcia Valéria Parga, representante do Ministério Público do Trabalho; servidora Maria Eduarda Vaz de Oliveira Correa Lima; servidor Luciano Falcão Lacerda, representante da Presidência. Dando início à reunião, a servidora Fernanda de França Tenório passou à leitura dos itens da Pauta Administrativa. O primeiro item - “*Proad 22564/2020 - Solicitação da Embrapa Empresa Pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para ser cadastrada como Procuradoria no PJe-JT*”. Dr. Fábio argumentou que se trata da mesma situação de outros pedidos de pessoas jurídicas de Direito Privado que já foram tratados pelo Comitê. Quanto ao Proad 22564/2020 **o Comitê deliberou por opinar pela não concessão do status de Procuradoria à Embrapa, considerando os termos da Resolução Administrativa deste Regional Número 23/2017 e, ainda, considerando que houve outros pedidos neste sentido feitos por pessoas jurídicas de Direito Privado e que também foram negados.** Em prosseguimento, o Comitê passou a apreciar o segundo item da pauta administrativa - “*Ofício GD-FAF-10/2021 - Comunicação de Falha no Sistema*”. O ofício foi encaminhado pelo Desembargador Fábio Farias e informa a existência de falha no PJe, na qual os processos encaminhados ao Gabinete com pedido de vista constam devidamente na aba “pedidos de vista” sem apresentar, contudo, o número correspondente na coluna “processo”, a qual é destinada para tal informação. **Lucas Aranha informou ao Desembargador e aos demais integrantes do Comitê que já tinha conhecimento do problema e que já foi aberta Issue de Defeito, que tomou o número PJEKZ-45314.** O CSJT já está ciente e trabalhando na sua correção. O próximo item da Pauta Administrativa - “*Atribuição de perfis de 1o. Grau aos servidores da Ouvidoria*”. O Desembargador Fábio Farias, agora também Ouvidor do TRT, relatou ter recebido essa demanda dos servidores que lá trabalham, para que possam acessar os processos com perfil de 1o. Grau e verificar as informações/movimentações processuais e, assim, dar mais celeridade nos atendimentos às reclamações na Ouvidoria. Lucas esclareceu que os servidores da Ouvidoria já possuem acesso ao PJe e aos processos do 1o. Grau, nos principais movimentos, através da funcionalidade “Consulta Processo de Terceiros”. Lucas ainda explicou ao Desembargador Fábio e aos demais o funcionamento da funcionalidade. Dr. Fábio, então, sugeriu adiar a apreciação do item para a próxima reunião e, nesse ínterim, irá conversar com os servidores que solicitaram o acesso ao PJe com perfil de 1o. Grau e esclarecer se a funcionalidade “Consulta Processo de Terceiros” atende à necessidade da Ouvidoria. **O Comitê deliberou acatando a sugestão de adiar a apreciação do terceiro item da Pauta Administrativa para a próxima reunião do Comitê.** Prosseguindo os trabalhos, passou-se à apreciação do último item da Pauta Administrativa - “*Instalação da versão 2.6.2*”. Alessandro Souza e Lucas Aranha Barreto informou que se trata de uma versão de correção do PJe. Christiane informou que, por se tratar de versão de correção, a Seção Negocial tem capacidade de fazer a homologação da versão em uma semana. Diante das informações expostas, **o Comitê deliberou por instalar a versão 2.6.2 do PJe no próximo fim de semana, nos dias 06 e 07 de março, sábado e domingo.** Concluídas as deliberações da Pauta Administrativa, passou-se à apreciação dos itens enviados pela Secretaria de Tecnologia da Informação. O primeiro ponto da pauta - “*Habilitação da Vara Plantonista*”. [Alessandro Souza](#) explicou que a necessidade de habilitar a Vara Plantonista se deve às razões de segurança do sistema e é sabido que ultimamente tem havido tentativas de violação da segurança. Mencionou, ainda, que no PJe existe a possibilidade de funcionar a Vara Plantonista para os períodos em que o plantão é necessário e por estas

razões pede autorização ao Comitê para ativar a Vara Plantonista. Lucas explicou que já houve período em que a Vara Plantonista era ligada mas surgiram vários problemas que levaram o Comitê a autorizar o desligamento, tais como serem protocolados processos marcados como casos de plantão quando, em realidade, não eram, o que gerou uma demanda grande para os plantonistas sem que os casos fossem, realmente, casos de plantão judiciário. À época o Comitê autorizou que a Vara Plantonista fosse desligada. **O Comitê aprovou que a equipe de TI ative a Vara Plantonista.** A próxima demanda a ser apresentada foi trazida para a reunião pelo servidor Alexandre Batista - *“Notificações do e-Carta - Atualmente é de 4 em 4 horas. Pretende-se aumentar para 1 ou 2 vezes ao dia”*. O serviço e-Carta é uma solução desenvolvida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ETC) que visa o envio de documentos oficiais aos seus destinatários, tais como intimações e citações, garantindo a integridade, confidencialidade e autenticidade das informações enviadas. Alexandre Batista explicou que a verificação que é feita entre os Correios e o PJe ocorre de 4 em 4 horas e abrange apenas os expedientes já assinados e isso ocasiona que muitos dos expedientes não assinados não são verificados pelo sistema e terminam por terem que ser refeitos. Para evitar que isto aconteça, [Alexandre Batista](#) sugere que se aumente o intervalo de tempo entre as verificações para evitar que expedientes criados mas ainda não assinados não sejam enviados para os Correios diminuindo, assim, a quantidade de expedientes que não seriam abrangidos naquela verificação horária. Alexandre sugeriu que a verificação fosse feita de 1 a 2 vezes ao dia. **O Comitê deliberou no sentido de ser alterada a rotina de verificação/sincronização do e-carta, inicialmente, para 2 vezes ao dia, devendo ser avaliado o comportamento do sistema e verificada a possibilidade de ser apenas 1 vez ao dia ou retornar para a rotina atual; tudo a depender do comportamento do sistema.** Prosseguindo a reunião, o Comitê passou ao item seguinte da pauta - *“Proad 222/2021 - Resolução No. 345, de 09 de outubro de 2020 e Implementação do “Juízo 100% Digital” no âmbito do Poder Judiciário”*. **Após debates, o Comitê deliberou por adiar a apreciação para que todos melhor se apropriassem do conteúdo do Proad. Luciano irá levar ao conhecimento da Desembargadora Presidente, Dra. Maria Clara Saboya, a fim de decidir se este item será apreciado na próxima reunião ordinária ou se será necessário uma reunião extraordinária para apreciação.** Ao final, o Comitê passou à apreciação das sugestões de melhoria enviadas pelos servidores. Ambas as sugestões trataram de criação de novos chips: Sugestão de Melhoria enviada por Alana Siqueira Paiva, servidora da 5a. Vara de Jaboaão dos Guararapes: *“Gostaria de sugerir, como melhoria do PJe, a inclusão do chip “cálculo - rateio” e “cálculo - liquidação”. Chip amarelo, cuja inclusão se daria quando o juiz determinasse o rateio ou a liquidação e a retirada, feita pelo servidor do cálculo, quando cumprisse a determinação do magistrado; e Sugestão de Melhoria enviada por Érika Macedo Arahata, servidora da 9a. Vara do Trabalho do Recife: “Gostaria de solicitar, a implementação de novos Chips ao PJe que facilitariam a triagem dos trabalhos na Secretaria da Vara, otimizando os resultados: Cálculo - Rateio, CENSEC, JUCEPE, Requisitar Honorários Periciais e SERPRO”*. Após debates, o Comitê **aprovou as sugestões de melhoria apenas ressaltando que no caso de JUCEPE, deve-se colocar apenas “Junta Comercial”**. Concluídas as deliberações e encerrados os trabalhos, foi lavrada a presente ata que segue assinada na forma da Lei. A data da próxima reunião será definida posteriormente.

Desembargador Fábio André de Farias

Coordenador do Comitê

Histórico de Eventos

18/03/2021 21:09		f Franca - FERNANDA DE FRANCA TENORIO - SGNS assumiu a responsabilidade deste processo
18/03/2021 19:44		Encaminhamento de CGRPJE - COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJE para CGRPJE - COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJE feito por fabioa - FABIO ANDRE DE FARIAS Motivo: Encaminhamento Automático Em análise desde 18/03/2021. Responsável atual: f Franca - FERNANDA DE FRANCA TENORIO

Observações